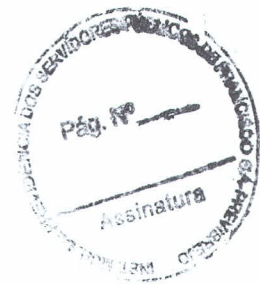


INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



CONTRATO ADMINISTRATIVO

PRECEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 001/2021 DISPENSA N.º 001/2021

CONTRATO Nº ____/2021.

O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - PREVIBREJO, inscrito no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o n. 03.133.862/0001-80, com sede na Rua Capitão Enéas, nº 538, Centro, Francisco Sá/MG a seguir denominado INSTITUTO, neste ato representado pelo seu Presidente Elvis Henrique Ruas Rodrigues, e o **INSTITUTO TOTUM DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA** inscrita(o) no CNPJ sob o nº 05.773.229/0001-82, situado na Avenida Paulista, nº 2439, 13º andar – conj.132, Consolação, São Paulo/SP, CEP: 01310-300, representada por Fernando Giachini Lopes, inscrito no CPF sob o n. 140.251.098-59, a seguir denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Procedimento Administrativo n. 001/2021, Dispensa n. 001/2021, do tipo menor preço, regido pela Lei Federal n. 8.666/1993 e demais normas pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Este Contrato tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de auditoria de certificação do programa pró-gestão RPPS no nível I, em atendimento ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá - Previbrejo.

Parágrafo Único: O presente contrato de dispensa se fundamenta no art. 24, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - Das Condições Gerais

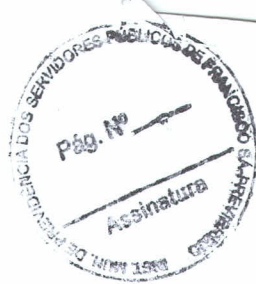
São condições gerais deste Contrato:

I. Este Contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº 8.666/93.

II. Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia do INSTITUTO, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

III. Este Contrato não poderá ser utilizado, sem prévia e expressa autorização do INSTITUTO, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

IV. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao INSTITUTO e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras do processo administrativo, ensejarão a rescisão do Contrato.

V. O INSTITUTO e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

VI. O INSTITUTO reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

VII. O INSTITUTO reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

VIII. Qualquer tolerância por parte do INSTITUTO, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Contrato e podendo o INSTITUTO exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

IX. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a INSTITUTO e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra, ressalvada súmula 331 do TST.

X. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao INSTITUTO, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se o INSTITUTO o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

XI. A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados,

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG

CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80

Fone: (38) 3233-1659



informações e documentos fornecidos pelo INSTITUTO ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do presente Contrato e mesmo após o seu término.

XII. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA na execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva propriedade do INSTITUTO, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações das Partes

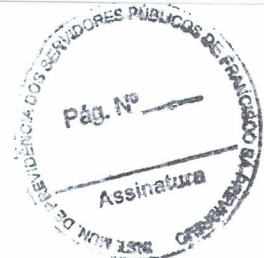
I. A CONTRATADA obriga-se a:

- a. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo.
- b. Respeitar os prazos e demais especificações pertinentes à execução do objeto licitado, para que sejam atendidos os interesses do INSTITUTO.
- c. Prestar diligentemente o fornecimento dos objetos, dentro de elevados padrões de qualidade e confiabilidade.
- d. Iniciar a prestação dos serviços contratados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- e. Não deverá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato sem prévio consentimento, por escrito, do CONTRATANTE.
- f. A CONTRATADA deverá responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao INSTITUTO, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos.
- g. Relatar ao INSTITUTO toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento dos produtos, prestando prontamente todos os esclarecimentos solicitados.
- h. Credenciar junto a INSTITUTO um Preposto, para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surjam durante a execução do contrato.
- i. Responsabilizar-se-á por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transporte, vales-refeição, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei.
- j. Responsabilizar-se-á por quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do contrato.

Este documento foi assinado digitalmente por Fernando Giachini Lopes. Este documento foi assinado eletronicamente por Tatiane de Oliveira Futo Inada. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código DFE5-DA5C-9BDC-00D2.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



k. A CONTRATADA deverá entregar os serviços de forma remota por meio eletrônico ao INSTITUTO, situada na Rua Capitão Enéas, nº 538, Centro, Francisco Sá/MG, entre as 8h00min (oito horas) e 17h00min (dezessete horas).

l. Os serviços recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, sem ônus para o INSTITUTO, contados a partir do recebimento pela CONTRATADA da formalização da recusa pelo INSTITUTO, arcando a CONTRATADA com os custos dessa operação.

II. A INSTITUTO obriga-se a:

- a. Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o fornecimento dos produtos;
- b. Fornecer a estrutura necessária para o recebimento dos serviços;
- c. Pagar pontualmente ao contratado, de acordo com os prazos e condições previstos e conforme a sua proposta oferecida;
- d. Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.
- e. Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições no cumprimento do objeto, fixando prazo para sua correção.
- f. Enviar documentação necessária a sede da contratada para a realização dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – Das Condições de Execução

São condições de execução deste Contrato:

I. Para a prestação dos serviços proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com as necessidades e conveniências do CONTRATANTE:

- a. O(s) serviços serão realizados totalmente de forma remota na sede da contratada, sem a necessidade da visita in-loco.
- b. A CONTRATADA iniciará o(s) serviço (s) mediante a apresentação da “Ordem de Serviços”, conforme modelo previamente apresentado pelo INSTITUTO e acordado pelas partes, devidamente datada e assinada por funcionário autorizado.
- c. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade do(s) serviços(s) fornecido(s), bem como efetuar a substituição nas condições especificadas neste termo, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente defeituoso ou impróprio, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, sendo facultada ao INSTITUTO o acesso às notas fiscais/faturas fornecidas pelas distribuidoras.
- d. O serviços recusados deverão ser substituído no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, sem ônus para o INSTITUTO, contados a partir do recebimento pela CONTRATADA da formalização da recusa pelo INSTITUTO, arcando a CONTRATADA com os custos dessa operação.
- e. Se não encontrado nenhum fator em desacordo pela entidade fiscalizadora conforme convencionado, serviço (s) será(ão) recebido(s) em definitivo.

Este documento foi assinado digitalmente por Fernando Giachini Lopes. Este documento foi assinado eletronicamente por Tatiane de Oliveira Futo Inada. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código DFE5-DA5C-9BDC-00D2.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



CLÁUSULA QUINTA – Do Acompanhamento e da Fiscalização

I. O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato, assim como o recebimento e a conferência dos produtos entregues, serão realizados pela Diretoria Executiva.

§1º - A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste Contrato pela INSTITUTO, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pelo órgão fiscalizador.

§2º - O INSTITUTO não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste Contrato.

§3º - O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - Do Preço e da Forma de Pagamento

I. O valor total do presente contrato é de R\$ 3.500,00(três mil e quinhentos reais), referente ao objeto em comento, conforme proposta apresentada pela CONTRATADA.

Parágrafo Único - O preço estabelecido será reajustado, pelo índice do INPC, nos moldes legais.

II. A CONTRATADA deverá apresentar, em 5 (cinco) dias úteis a contar do terceiro dia útil de cada mês, pré-faturamento referente ao mês anterior com detalhes dos fornecimentos, para conferência por parte do INSTITUTO e posterior aprovação para faturamento.

III. Depois de realizada conferência e aprovação de faturamento mensal, a CONTRATADA deve emitir a nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento, que deverá ser entregue na Diretoria Executiva, para fins de liquidação.

IV. O pagamento será efetuado pelo INSTITUTO no prazo de 30 (trinta) dias corridos, até o percentual de 50% (cinquenta) por cento do valor total contratado. O restante do valor do contrato será quitado após a total prestação dos serviços, para realização dos pagamentos devida a contratada emitir nota fiscal/fatura e encaminhá-la ao Instituto de Previdência, mediante depósito creditado em conta corrente da CONTRATADA.

V. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a conferência e atestação do objeto ou no caso de erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, situação em que o pagamento será suspenso e a nota fiscal/fatura será devolvida à CONTRATADA, cessando a contagem do prazo até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

VI. A contagem do prazo para pagamento será reiniciado logo após reapresentação e protocolização junto ao órgão competente do documento fiscal com as devidas correções, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o INSTITUTO, nem deverá haver prejuízo da prestação dos serviços pela CONTRATADA.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



VII. O INSTITUTO fica obrigado a adquirir serviços na totalidade do valor e das quantidades estimados para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o fornecimento efetivamente efetuado.

VIII. O instituto pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato assinado.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Sanções

I. A CONTRATADA, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a INSTITUTO, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

§1º - Fica estabelecido o percentual de multa, aplicável quando do descumprimento contratual, no patamar de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a INSTITUTO, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

§2º - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela INSTITUTO. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção.

§3º - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – Do Pagamento de Multas e Penalidades

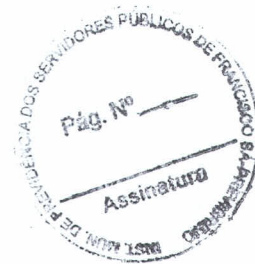
I. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo INSTITUTO à CONTRATADA, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo INSTITUTO.

§1º - Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA, o INSTITUTO poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à CONTRATADA.

§2º - As multas e penalidades previstas neste Contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados o INSTITUTO por atos

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA NONA – Da Responsabilidade por Danos

I. A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado ao INSTITUTO, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo INSTITUTO, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

§1º - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo INSTITUTO, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo INSTITUTO a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

§2º - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento do INSTITUTO, este comunicará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar a INSTITUTO a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante a INSTITUTO, nos termos desta cláusula.

§3º - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da INSTITUTO, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento a INSTITUTO, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da CONTRATADA;
- b) execução da garantia prestada, se for o caso;
- c) medida judicial apropriada, a critério do INSTITUTO.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Alteração do Contrato

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do Instituto de Previdência, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Rescisão Contratual

O presente Contrato poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito do INSTITUTO, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

§1º - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

§2º - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, o INSTITUTO responderá pelo preço estipulado na Cláusula Sexta, devido em face dos produtos efetivamente entregues pela CONTRATADA, até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do Prazo de Vigência

I. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser extinto antes do aludido prazo e admitidas as prorrogações legais.

II. O contrato possuirá eficácia perante terceiros após a publicação do seu extrato no diário oficial do INSTITUTO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária:

03.001.001. 09.122.0002 2132-3.3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
PESSOA JURÍDICA 105 - Taxa de Administração do RPPS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Publicação

O extrato deste Contrato será publicado no diário oficial do Instituto de Previdência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Francisco Sá/MG, 19 de janeiro de 2021.

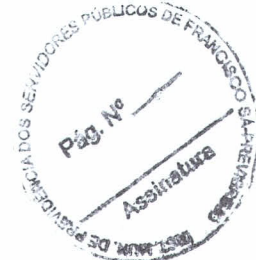
ELVIS HENRIQUE RUAS
RODRIGUES:105057496
Assinado de forma digital por ELVIS
HENRIQUE RUAS
RODRIGUES:10505749661
Dados: 2021.02.23 14:22:19 -03'00'
61
Elvis Henrique Ruas Rodrigues
Diretor Executivo - Previbrejo

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG

CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80

Fone: (38) 3233-1659



INSTITUTO TOTUM DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA CONTRATADA

Testemunhas:

NOME: Thaine Stegane F. Nery

CPF: 120.588.926-40

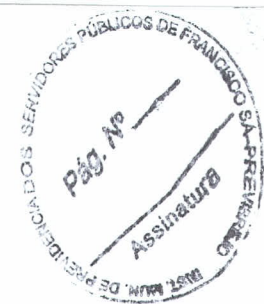
NOME:

CPF:

2 Sarcélia Noratunis Rada

850.546.156-87

Este documento foi assinado digitalmente por Fernando Giachini Lopes. Este documento foi assinado eletronicamente por Tatiane de Oliveira Futo Inada. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código DFE5-DA5C-9BDC-00D2.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DFE5-DA5C-9BDC-00D2> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DFE5-DA5C-9BDC-00D2



Hash do Documento

BB8643985DBE30917B3932D850677025F8D7898ABFAD90E6D8A1D3712A143C9A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/02/2021 é(são) :

☒ Fernando Giachini Lopes (Diretor Presidente) - 140.251.098-59 em 26/02/2021 08:54 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Tatiane de Oliveira Futo Inada (Testemunha) - 222.350.218-08 em 25/02/2021 21:04 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: tatiane@institutototum.com.br

Evidências

Client Timestamp Thu Feb 25 2021 21:04:11 GMT-0300 (GMT-03:00)

Geolocation Location not shared by user.

IP 189.19.190.231

Assinatura:

Hash Evidências:

5B050C64D9DDCDA56FA458D04A67985148B832BCA5F8EE34E2EBEE332886FFA6

